

COLUNA COLORISMO

NEGREXS E PARDXS: IGUAIS OU RIVAIS

Marileia da Rocha Rodrigues



O signo negro, criado pelos ocidentalistas para dicotomizar através do fenótipo e justificar a supremacia branca em relação a outros povos. Como nos indica Nascimento (2019, pág. 11): “os negros africanos antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamavam como “negros” ou reivindicavam para si a identidade ‘negra’ como ‘naturalmente’ deles”. Os africanos não conheciam essa denominação a qual foram submetidos, para autenticar a inferioridade imposta pela branquitude, enquanto humanos perante outros humanos, ao ponto de serem escravizados com essa justificativa.

E através dessa diferença de fenótipo, de não ser reflexo das características europeias, sabemos que serviu/serve de justificativa para desumanizar as pessoas “negras”, mesmo que comprovado, cientificamente, a inexistência de raça, mas, simplesmente compreender a diversidade humana

como resultado da variação genotípica e fenotípica dentro da mesma espécie. Assim nos explica Hall (2017, pág.1):

“Em um artigo na revista Crisis de agosto de 1911, Du Bois muda decisivamente seu discurso para escrever sobre “civilizações onde hoje podemos falar de raças”, acrescentando que “mesmo as características físicas, incluindo a cor da pele, são resultado direto, em medida considerável, do ambiente físico e social”. Além disso, são indefinidos e fugazes demais”, ele afirma, “para servirem como base para qualquer origem, classificação ou divisão de grupos humanos”.

Ainda seguindo a linha de raciocínio de Stuart Hall (2017, pág.2), que comprovadamente, através de nossas vivências cotidianas, podemos experimentar a diferença racial, racismo, através da linguagem; onde, “raça se assemelha mais a uma linguagem do que à nossa forma de constituição biológica. “Como um jogo linguístico/performativo recheado de símbolos que racializam de forma pejorativa os melaninados (termo utilizado no filme Medida Provisória de Lázaro Ramos), como exemplifica Hall (2017, pág.2): “(...) ao que todos nós sabemos sobre raça: sua realidade. Dá para ver seus efeitos, dá para vê-la nos rostos das pessoas à sua volta, dá para ver as pessoas se remexendo quando pessoas de um outro grupo racial entram na sala”.

Linguagem que a todo custo tentou/tenta legitimar, a inferioridade humana daqueles que nomearam como “negros”, para autenticar as atrocidades cometidas, e atualmente usam a linguagem para negar, como uma articulação linguística que valida às mesmas atrocidades de forma velada, escondida no jogo de palavras, quando dizem; “somos todos da raça humana”, apagando nossa história de violências sofridas e nossas práxis de lutas, como assevera Nascimento (2019, pág. 89); “não posso negligenciar 388 anos de práxis da luta do povo negro durante o tráfico negreiro e trabalho escravo”.

Práxis que abarca a diáspora africana com todo seu complexo processo, desde a destruição de sociedades em África com a captura de adultos e crianças, a travessia do Atlântico de forma anti-humana, onde tantas (os) ficaram no caminho, as inserções brutais em uma nova sociedade, lutas por liberdade e sobrevivência, e a produção de novas identidades em sociedades, quilombos, provindas da diáspora africana. E apesar dos efeitos estruturais causados pelo processo escravocrata, conseguimos, com muita habilidade, e também através da ‘linguagem’, (re)existir com o aporte da história vivida e dividida pelos nossos ancestrais, da cultura e da religiosidade.

De acordo com o questionamento de Fanon (2003, pág.28): “Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora?”, tem a ver com as histórias construídas, com nossas rotinas de sobrevivência, com a própria diáspora. Como nos orienta Devulsky (2021, pág.28): “É a partir da reconstrução desses novos paradigmas que famílias inteiras podem reconhecer e viver a sua negritude de maneira plena valorizando filhos e netas que portam os signos das africanidades no corpo e na sua existência política”.

Apesar do desejo, incontestável, de nos manter subjugados e ou aniquilar nossa existência, para esconder os desejos sombrios na humilhação de humanos melaninados, como nos direciona Benítez (2021, pág.17); “a violência antinegra responderia a uma ritualística lúbrica de restauração psíquica dos Humanos, de ‘renovação de sua coerência’ “. Mesmo assim, reexistimos, diasporamos, e assombamos o heroísmo histórico brancocêntrico.

A “descoberta” do Brasil, que na realidade foi uma invasão e permanência dos europeus nesse país, de forma brutal e arbitrária, que teve vários impactos em nossa formação, dentre estes, uma intensa exploração sexual de índias(os) e negras(os) pelos brancos(as), dando início ao que chamamos hoje de colorismo. Que no pós-abolição ganha um olhar de censura pelas autoridades, brancas, incentivados pela teoria de raça pura. Como assevera Silva: “o processo incontrolável de mestiçagem começou a ser teorizado e discutido, pois, uma vez que se perdiam as características da raça pura (a branca), restava comprometido o próprio desenvolvimento da sociedade brasileira”.

Dando início a uma corrida de branqueamento da sociedade, trazendo imigrantes europeus, disseminando um discurso de clareamento da sociedade como nos mostra Silva: “A situação no pós-abolição, a despeito de formalmente inserir os negros em sociedade, buscou formas de desvalorizá-los através de proibições que comprometessem a histórica supremacia branca”. Aqui percebemos a segregação racial em vários âmbitos; educacional, habitacional... Como Silva continua a nos explicar: “Exemplo disso são proibições no que tange ao alcance de poder econômico, como a compra de terras, o acesso ao trabalho e, ademais, proibições concernentes às relações interracialis, como impedimentos aos casamentos entre brancos e negros”.

Branqueamento que não atingiu seus objetivos, pois a população negra, mesmo diante de tantos obstáculos, consegue (re)existir e inserir-se na sociedade, e apoderando-se do discurso de clareamento das famílias, continuaram a ter relações interracialis, assim formando um novo contexto racial no Brasil. Os mestiços, dando sequência ao colorismo, iniciado na invasão desse país, que traz em sua essência alguns benefícios dentro de uma tríade; branco (soberano), mestiço (detentor de alguns privilégios), negro (sem privilégios). “Esse benefício nada mais é do que um desdobramento do racismo, que poderíamos assim chamar de colorismo”. (DEVULSKY, 2021, pág.29).

Hoje nomeado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como pardo (a), os mestiços (as), sujeito principal do colorismo que corresponde a práticas ideológicas ligadas a tecnologias do racismo, como um arquétipo aceitável, dentro dos padrões brancocêntrico, serve como manobra para desenvolver alguns trabalhos, e frequentar alguns lugares, pela sua aparência um pouco aproximada do ideal estético eurocêntrico, reafirmando a superioridade branca como padrão universal. Como nos elucidava Silva (2017):

“A branquitude, ao basear seus graus de receptividade do negro a depender da cor da pele, não demonstra qualquer interesse na problematização da questão racial, ou, mais ainda, não induz qualquer entendimento no sentido de

desenvolver mecanismos destinados a combater a desigualdade racial. É, pois, um sistema que mantém a discriminação e, mais ainda, que classifica. É o racismo dentro do racismo, operado e estimulado pela mesma classe branca dominante, propagando mais exclusão, no sentido de segregar quanto mais negro se for”.

Assim, ser pardo é pertencer à diáspora Africana, apesar da linguagem do colonizador preconceituar esse contexto histórico em mais uma falácia racial, para impor seu poder e perpetuar o racismo. Kilomba (2019, pág.76) argumenta; “É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo”. E esse conchavo direciona a uma linguagem performática onde ser negro (a, e) menos retinto é motivo de negação de todo um histórico ancestral, e as características afro são apontadas como antônimo do belo, enquanto traços eurocêntricos são ostentados como sinônimo de belo.

E essa prática ocidentalista de nomear, significar, como vimos no início do texto, é uma articulação para valorizar o que advém de sua origem, cultura, religiosidade, ciência, genética... Assim, dicotomizam; bem/mal, feio/bonito, para potencializar sua pretensa supremacia, que reverbera até a atualidade. Onde qualquer traço caucasiano é motivo de orgulho e características afro são motivos de negação, disfarce. Dessarte, as pessoas negras menos retintas, chamadas de mestiços, pardos muitas vezes são induzidas a negar sua afrodescendência através dessa performatividade linguística.

A chamada da notícia do G1 do dia 10/02/2020 é carregado de pontos reflexivos sobre ser negrxs ou pardxs dentro de uma visão eurocêntrica de beleza: “Candidata negra foi desqualificada de cota racial em concurso por ser 'bonita', entende Justiça do DF”. Pois, quando uma pessoa negra menos retinta assume fazer parte da diáspora africana é motivo de questionamento, disfarçado de elogio.

Necessitamos negros de todas as tonalidades, assumirmos nossas características corpóreas, sem ignorar o privilégio de ser menos retinto, nos unirmos e buscarmos juntos uma sociedade verdadeiramente antirracista, com oportunidades igualitárias, sem deixar que a dicotomia eurocêntrica nos confunda com suas verdades programadas para manutenção do poderio com práticas que nos põe uns contra os outros, para nos dividir e confundir em relação a nossa etnia. Como nos orienta Nascimento (1980, pág.16), é uma prática escravocrata para manutenção do poderio colonialista: “[...] naquelas diferenças, as estratégias de dividir os africanos por meio de estímulo às inimizades tribais [...]”.

Como bem elucidada Gonzales (2020, pág.212); [...] processo de ascensão social do negro brasileiro ocorre normalmente em termos individuais, ele passa pela lavagem cerebral do branqueamento.” Assim o aquilombamento, a busca de conhecimento sobre ser diaspórica (o, x), a militância é tão questionada e julgada pela ideologia branca, pois, ainda em concordância com Gonzales (2020, pág.212); “cada vez mais distanciado da comunidade negra, ele vai

internalizando e reproduzindo os valores ideológicos ‘brancos’ (racismo), chegando ao ponto de se envergonhar e finalmente desprezar sua comunidade.

Outra estratégia caucasiana é o daltonismo, quando alegam não enxergar a cor das pessoas ou não percebem quando alguém é negro (a, e), ou que apenas veem a competência das pessoas, como se não existisse fenótipos, e que esse fenótipo, a cor da pele, fosse a causa da pior crueldade da história da humanidade. Etiene Martins, colunista do jornal Estado de Minas, nos alerta a respeito dos “Daltônicos da contemporaneidade”, onde: “[...] para negar a exclusão e discriminação baseada nas características corpóreas essas pessoas alegam serem daltônicas nos mais diversos setores da vida”.

Performances linguísticas escravocratas minam políticas afirmativas e conquistas de lutas seculares, e é um desafio diário afro-brasileiro combater os estigmas da tríade, citada anteriormente; branco/mestiço(pardo)/negro, assim como nos direciona Lima (2018, pág. 76):

“[...] a colonialidade à brasileira assumiu características bem específicas, como a construção do que se designa como o mito da democracia racial, o imperativo da miscigenação (MUNUNGA, 2017) e o processo de embranquecimento da população preta brasileira. Essas construções formam um conjunto semiótico que se materializa e evidencia como as práticas discursivas racistas são, muitas vezes, silenciosas e/ou mascaradas por outros discursos que – quando expostos – visibilizam as suas faces mais perversas; tornando a questão racial e suas complexidades um dos grandes desafios que precisamos enfrentar na agenda social contemporânea brasileira”.

Diante do exposto, uma reflexão se faz necessária, quantas vezes vivenciamos situações onde a negação da pretitude se esconde atrás de linguagens que performam um elogio para esconder o racismo e fomentar uma falsa aliança com a beleza caucasiana: “Você não é preta (o, x), você é morena (o, x)”. Frases assim dissipam as lutas, a história a diáspora, separam, fomentam a rivalidade. Finalizo esse texto com a resposta cognitiva do (a, x) leitor (a, x) a provocação do título; “Negros (a, x) e Pardos (a, x)” são iguais ou rivais?

REFERÊNCIAS

DEVULSKY, Alessandra, **Colorismo**. São Paulo. Jandaíra. 2021;

FANON, Frantz, **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador. EDUFBA. 2008;

GALVÃO, Walder. Candidata negra foi desqualificada de cota racial em concurso por ser 'bonita', entende Justiça do DF. **Jornal Eletrônico G1 Globo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/02/candidata-negra-foi-desqualificada-de-cota-racial-em-concurso-por-ser-bonita-entende-justica-do-df.ghtml> acesso em 28/02/2023;

GONZALEZ, Lélia, **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro, SCHWARCZ S.A. 2020;

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó. 2019;

LIMA, Fátima. Raça, Interseccionalidade e Violência: Corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Caderno de Gênero e Diversidade Periódicos da UFBA**. Disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26646> acesso: 06/03/2023;

MARTINS, Etiene. Daltônicos da Contemporaneidade: O racismo e suas múltiplas estratégias para ultrapassar gerações se mantendo discreto, forte, atuante e aceitável socialmente. **Jornal Eletrônico Estado de Minas**. Disponível: <https://www.em.com.br/app/colunistas/etiene-martins,1446646/daltonicos-da-contemporaneidade.shtml> acesso: 06/03/2023;

NASCIMENTO, Abdias do, **O Quilombismo**. Petrópolis. Vozes, 1980;

NASCIMENTO, Gabriel, **Racismo Linguístico: Os Subterrâneos da Linguagem e do racismo**. Belo Horizonte. Letramento. 2019;

SILVA, Tainan Maria Guimarães Silva e, O colorismo e Suas Bases Históricas Discriminatórias. **Revista Unifacs.br**. Disponível em: [file:///C:/Users/Mari/Downloads/4760-18201-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mari/Downloads/4760-18201-1-PB%20(1).pdf) acesso em: 11/11/2022;

STUART, Hall. Raça o Significante Flutuante. do Programa Avançado de Cultura Contemporânea **Revista Z Cultural** Disponível: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/> acesso em: 15/11/2022.